
RESENHAS

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p.

Carlos Fico
(DEHIS - UFOP)

A discussão sobre Teoria da História no Brasil, por vezes, expressa-se através de algumas obviedades¹ que, se fazem sentido na atmosfera de contraposição ao chamado "marxismo vulgar", deixam muito a desejar quando se trata de estabelecer parâmetros teórico-conceituais mais finos. Alguns até chegam a sugerir ironicamente que o marxismo vulgar produziu uma crítica de igual nível.

1- São comuns, em trabalhos de História, a defesa do que já não é acusado e o ataque demolidor do que já está arruinado. Quem tem o hábito de ler teses, dissertações, livros e artigos da área, sempre se depara com enunciados do gênero "não se pode fazer a história sem documentos", "não se podem aplicar modelos teóricos estandardizados", "a determinação em última instância 'do econômico' não explica tudo", "não existe uma teoria que articule os níveis episódicos e estruturais", etc. Tal tipo de enunciado em geral se caracteriza por assumir a forma negativa.

Recente polêmica sobre a historiografia da escravidão no Brasil, embora vazada em termos nem sempre elegantes², teve o mérito de chamar a atenção para problemas teóricos que são, efetivamente, muito importantes.

A presente resenha visa destacar alguns aspectos do livro mais recente de Sidney Chalhoub³, procurando comentar, embora em traços gerais e desprentensiosos, certas questões formais e a resolução teórica que o autor propõe, situada como um dos objetivos centrais de *Visões da Liberdade*. Não se trata, portanto, de resumo do livro, mas do comentário de alguns pontos específicos, visivelmente centrais.

2- Veja-se, a propósito, CHALHOUB, Sidney. "Jacob Gorender põe etiquetas nos historiadores". *Folha de São Paulo*. Letras, 12/11/90, p. 7; LARA, Sílvia. "Gorender escraviza a história". *Folha de São Paulo*. Letras, 12/01/91, p. 2; GORENDER, Jacob. "Como era bom ser escravo no Brasil". *Folha de São Paulo*. Letras, 15/12/90, p. 2.

3- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, 287 p.

A reação vigorosa dos que se contrapuseram a Chalhoub⁴ derivou, em boa medida, da própria maneira como algumas questões são abordadas em *Visões da Liberdade*: há generalizações verdadeiramente abusivas. Nem sempre o autor nomeia os autores criticados (pp. 42, 182 e 249) e, assim, a indefinição sobre quais historiadores estão sendo acusados certamente gera mal-estar, para além da impressão negativa (que se espera falsa) de que todos erraram e apenas Chalhoub acertou.

Outra causa de oposição a Chalhoub são críticas infundadas e ligeiras feitas na obra em questão. É o caso da tentativa permanente de refutar o que chama de "teoria do escravo-coisa", presente em todo o livro. Assim, na p. 40, ele cita Jacob Gorender⁵: "o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor."

4- Ver, em especial, GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática/Sec. de Estado da Cultura, 1990. 271 p. (Série Temas, 23). Durante o último Simpósio Nacional da ANPUH, no Rio de Janeiro, manifestações de desagrado mais ou menos veladas também puderam ser ouvidas, como na conferência de encerramento pronunciada por Emília Viotti da Costa.

5- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1980. (Ensaios, 29) p. 65.

Trata-se da frase introdutória da apresentação de um escravo que acompanhava um viajante, sendo que este queria ir a um lugar onde viviam habitantes hostis ao verdadeiro dono do escravo. Não querendo ir lá, o negro diz: "O que diria meu senhor se esta gente me matasse?" Segundo Chalhoub, Gorender supõe que os escravos não gostavam de morrer pelas mãos dos inimigos dos seus senhores porque estes últimos ficariam sem suas "coisas". Gorender, contudo, ressalvou que se tratava de um caso-limite. Mas o fato é que a hipótese levantada por Chalhoub, para se contrapor à interpretação de Gorender (a pergunta/argumento serviria, afinal, para garantir a sobrevivência do escravo), pode, no máximo, demonstrar a inadequação da fonte, mas não elimina a possibilidade de acerto da afirmativa "o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor" - enunciado, de resto, bastante genérico e de certo modo inócuo.

Um outro momento de generalização e crítica injusta pode ser encontrado na p. 136, onde o autor define o que classifica, com menoscabo, de "militantes acadêmicos": historiadores que "ainda hoje em dia gastam tinta e papel para 'provar' o truismo de que a escravidão era uma forma extremamente violenta de organização das relações de trabalho." Para Chalhoub, as questões políticas e histo-

riográficas de hoje seriam outras e, portanto, deveríamos ultrapassar este patamar de obviedade e alcançar outros níveis. Não parece, contudo, ser inútil afirmar o óbvio e disso, aliás, nos dá sobejas provas o próprio Chalhoub, que, afinal, empreendeu grande esforço de pesquisa para provar, dentre outras coisas, que, sempre que possível, o escravo preferia sofrer menos.

Esses são aspectos aparentemente menores - e até mesmo se poderia dizer que uma crítica assim conduzida não faz justiça ao trabalho. O fato, contudo, é que o estilo nos trai e onde, aparentemente, apenas existem detalhes formais, pode estar escondida alguma chave de compreensão.

Uma das preocupações iniciais de Chalhoub, por exemplo, é sublinhar sua aversão ao que chama, logo na 3ª linha das páginas de agradecimentos, de "bizantinices acadêmicas". Provavelmente o autor está se referindo ao sem-número de exigências teóricas, metodológicas e sobretudo técnicas que os "meios acadêmicos", universidade à frente, fazem para que um trabalho seja aceito como objetivo, corretamente elaborado, etc. De fato, pode haver excessos e, por vezes, vícios lamentáveis, como as longas e mortíferas "introduções teóricas" de algumas teses e dissertações, eventualmente nem possuindo qual-

quer relação com o corpo principal do trabalho. Assim, na p. 9, Chalhoub informa o leitor de que o texto de sua tese⁶ já nasceu "escoimado" desses erros e, portanto, não foi necessário alterá-lo muito para a edição do livro. Curiosamente, contudo, ao se ler o livro, verifica-se a existência de um capítulo teórico introdutório, de aparato de erudição tipicamente acadêmico (sob a forma de muitas notas), de críticas bibliográficas e historiográficas e, mesmo, de características tradicionais em trabalhos desta natureza, como a divisão em partes (introdução, desenvolvimento e conclusão) e o indefectível "anexo" (no caso, anotações de pesquisa referentes a alguns dos autos trabalhados - pp. 81 a 93). A "ruptura" mais evidente com os textos acadêmicos tradicionais está nos enunciados que servem de títulos às partes do trabalho: nomes próprios e expressões inusitadas conformam um elenco de títulos sem dúvida peculiar - recurso aliás cada vez mais comum entre os historiadores que desejam marcar seu distanciamento de um certo padrão de escrita da História. A primeira impressão,

6- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. (Tese de doutorado defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História da UNICAMP sob a orientação de Robert Wayne Slenes). 1989.

portanto, deve ser falsa: as "bizantinices acadêmicas" não devem ser estes elementos afinal encontradiços no livro, mas outra coisa.

Talvez esteja em outros aspectos formais a elucidação desta dúvida. Em vários momentos de seu texto, Chalhoub pretende amenizar o peso da narrativa, ou a complexidade das questões tratadas, com comentários presumivelmente tidos como espirituosos, sempre dirigindo-se diretamente ao leitor. É o que ocorre, por exemplo, no meio do capítulo teórico introdutório, quando ele nos diz: "Não te amofines, caro leitor. Juro-te que estamos prestes a 'ver' a nossa cadela" (a "cadela" é uma referência ao tópico "O cão e o cavalo" do conto de Voltaire "Zadig ou o destino: história oriental" - p. 24). Ou seja, tratar de teoria é atividade cacete, que extingue as energias vitais do leitor, um despropósito que só se realiza por obrigação, uma "bizantinice acadêmica".

O grande momento do livro é a descrição e interpretação dos documentos - como, aliás, é indispensável em trabalhos de História. O que cabe destacar é o fascínio que os episódios do cotidiano exercem sobre todos nós e que, para o autor, se expressa através de um apelo irresistível da empiria: "(...) Eram processos {criminais} incríveis, protagonizados por perso-

nagens densas e envolventes, e que me obrigaram a contar a sua história" (p. 21).

Este é um vetor importante do saber produzido por Chalhoub: o material histórico, as fontes, os documentos indispensáveis para a produção do conhecimento sobre o passado sugerem tão fortemente a teia de episódios vividos por pessoas de carne e osso em alguma época que, afinal, não há saída: obrigam a contar a sua história. Atitude, portanto, das mais louváveis, especialmente quando se verifica que, em alguns casos, a "aplicação de modelos teóricos" somente produziu explicações generalistas e inconsistentes (por falta de amparo documental).

Certamente, contudo, não será abusivo afirmar que o outro extremo da posição "teoricista" (aplicação de modelos-padrão, explicações não embasadas em documentos, etc.) é igualmente pernicioso: o empirismo exagerado, o apego excessivo ao documento. Muito embora não se possa afirmar que Chalhoub se encontra nesta outra extremidade, a importância que ele atribui ao manuseio das fontes sobressai, por exemplo, da interminável série de casos narrados e que podem confundir um leitor menos atento. Além disso, este apego ao documento pode induzir interpretações discutíveis, como no caso do pro-

blema do castigo físico, tratado na p. 151. O autor diz:

"(...) Não encontrei sequer vestígio de negros que colocassem em questão o castigo físico enquanto tal. Parecia ponto pacífico que o chicote e a palmatória eram instrumentos legítimos para a 'correção' dos escravos recalcitrantes. Todas as lutas e contradições se davam em torno do motivo e da intensidade da punição aplicada."

Seria, de fato, surpreendente encontrar tal tipo de questionamento em processos criminais e outros documentos produzidos no âmbito da Justiça daquela época, mormente quando se lembra que o acesso à Justiça é sempre mediado por advogados, escrivães, etc. Na Justiça Trabalhista de hoje, *mutatis mutandis*, também devem ser raros os processos que ponham em causa questões centrais da exploração típica da nossa época, restando, obviamente, muitas querelas sobre motivações de demissões, valor de salários, etc.

Mas isso é um detalhe. O autor não é tão-somente um empiricista e anuncia isso depois de louvável e raríssima autocrítica relativa ao seu li-

vro de estréia⁷. Naquele primeiro livro, diz Chalhoub, houve "extrema dificuldade em integrar o material bastante rico coletado na pesquisa a uma visão articulada do processo histórico da época" (p. 18). Esta integração deveria ter ocorrido através de "uma teoria convincente a respeito da 'lógica da mudança' naquela sociedade" e, agora, tal erro não se repetirá: "a construção de uma tal teoria é o objeto deste livro" (p. 19). No espírito do leitor é grande a expectativa.

Chalhoub, em seguida, critica rapidamente a "metáfora base/superestrutura", isto é, não se deve explicar toda a história a partir de uma lógica reducionista da produção; não há um destino histórico determinado "exteriormente", fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais. O autor prefere usar, então, a noção de "processo histórico" e não a de "transição", que pode levar à impressão de linearidade e previsibilidade. "Processo histórico", ao contrário, permitiria "recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade

7- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 249 p. O livro foi, originalmente, a dissertação de mestrado do autor, defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em História da UFF, em 1984, sob a orientação de Robert Wayne Slenes.

dos acontecimentos", objetivo parcial do trabalho (p. 20).

Caberia então perguntar se os atos cotidianos dos indivíduos de uma determinada época histórica são de todo contingentes, indeterminados. Ou serão indeterminados sob o ponto de vista da noção marxista de determinação em última instância pelo conjunto da base econômica? Será completamente casual, imprevisível, a atitude de um escravo que joga com as circunstâncias do cotidiano, visando sofrer menos? Ou será que o que "determina" este tipo de procedimento é outra coisa que a visão marxista não dá conta de explicar?

Após o enunciado da p. 19 ("a construção de uma tal teoria é o objeto deste livro"), o que se espera do autor é o estabelecimento de parâmetros teórico-conceituais que dêem conta de inserir/explicar os "fatos do cotidiano" na "lógica da mudança". Isto se realiza?

Na p. 22, Chalhoub se pergunta: "como pensar os fatos culturais e ideológicos também como instituintes do devir social"? Aqui, então, deveria se realizar a expectativa acima mencionada: a resposta à pergunta "como integrar os conflitos em torno de normas e de valores na análise de transformações sociais específicas?" (p. 22), que seguramente deveria passar por uma espinhosa e interessantíssi-

ma discussão de aspectos centrais da obra de autores como Weber, apenas para citar o mais óbvio.⁸ Isto não ocorre, contudo.

Chalhoub prefere usar a noção de "significados sociais gerais", inspirado em S. Mintz e em E.P. Thompson, significados que poderiam revelar aos sujeitos históricos "os 'lugares' onde as lutas de classe e outros conflitos (...) se revestem de um caráter político mais decisivo (...)" (p. 25). Assim, o historiador deve delimitar seu objeto

"na confluência de muitas lutas, no 'lugar' onde não seria possível determinar com qualquer precisão o que seriam os aspectos econômicos, sociais, políticos ou ideológicos do processo histórico em questão" (p. 25).

8- Para uma visão polêmica e interessante das pretensões de uma possível micro-história do cotidiano, ver ANKERSMIT, F.R. *Historiography and postmodernism. History and Theory*. Wesleyan University. Vol. 28, pp. 137-153, may/1989. Ver, especialmente, as páginas 148 e 153. Sobre o assunto ver, também, o artigo de Silvia R. F. Petersen, "Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do 'novo' e a crítica ao racionalismo", publicado neste número de LPH - Revista de História.

E pronto. Daí até o fim do livro, seguem-se descrições e interpretações de muitos episódios que visam, basicamente, recuperar os entendimentos que os sujeitos históricos possuíam sobre a escravidão e a liberdade. Diga-se, aliás, com todas as letras, que em alguns momentos isso é feito com muita habilidade. Mas o problema aqui é outro: ainda não foi desta vez que se encontrou uma reflexão teórica satisfatória que articule os episódios do cotidiano e as transformações mais globais da estrutura social.

CAMPOS, Flávio de. *História ibérica: apogeu e declínio*. São Paulo, Contexto, 1991. 95 p. (Col. Repensando a História Geral)

Joaci Pereira Furtado
Mestrando Em História
Pela Universidade
De São Paulo

Desde que a Coleção Primeiros Passos deu certo, provocando verdadeira revolução editorial, uma infinidade de iniciativas semelhantes pipocaram ao longo dos anos 80, procurando imitar a receita infalível elaborada em 1979 pela Brasiliense:

textos simples e agradáveis sobre assuntos interessantes ou em evidência, visando um público motivado (e geralmente jovem), não iniciado no pedante dialeto acadêmico. Ficou provado que, além de ser possível filosofar em outra língua que não o alemão, havia um mercado tão extenso quanto inexplorado, carente desses livros de "divulgação". Os mais de 150.000 exemplares vendidos (num país onde tiragens de 3.000 são consideradas grandes) de *O que é ideologia*, de Marilena Chauí, dão boa mostra do sucesso desse tipo de publicação.

País que, segundo Antônio Houaiss, abriga uma sociedade ágrafa, já que, no mínimo, 70% (e não 30%, como afirma o governo) de sua população são analfabetos, o Brasil não poderia ser menos receptivo a essas investidas editoriais. Desprovido de (in)formação, exilado das bibliotecas, achatado em seu poder aquisitivo e sem qualquer fôlego para enfrentar diretamente os "clássicos", o leitor médio brasileiro tem hoje à sua disposição uma infinidade de livros que nunca ultrapassam 100 páginas, com parágrafos curtos, letras grandes, linguagem despojada, ilustrações criativas, formato de bolso, capa e preços igualmente atraentes. A própria Brasiliense tratou de repetir a fórmula da Primeiros Passos em